

A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA COMPOSIÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DO VALE DO JURUÁ-AC¹

THE INFLUENCE OF PRODUCTION OF YUCCA IN COMPOSITION OF TERRITORIAL IDENTITY THE VALE DO JURUÁ-AC

Cleilton Sampaio de Farias²

Geógrafo, Mestre em Desenvolvimento Regional

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC

cleiltosampaio@yahoo.com.br

Edna Maria Secundes Cabral

Estudante de Tecnologia em Agroecologia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC

RESUMO

A identidade territorial do Vale do Juruá/AC foi, ao longo do tempo e espaço de territorialização da atividade de produção de farinha de mandioca, sendo formada pelos atributos internos de cada indivíduo no momento da territorialização, mais os valores e símbolos construídos e adicionados no percurso temporal. Como esta atividade é uma das mais importantes na geração de emprego e renda, além de ser uma das principais fontes de alimentos para a população, este artigo apresenta a importância da produção de farinha de mandioca na formação da identidade territorial do Vale do Juruá - AC. Para tanto, o problema da pesquisa foi tratado na perspectiva do materialismo dialético e na abordagem qualitativa através de entrevista e observação do fenômeno. Em vista de tudo, percebeu-se que a produção de farinha de mandioca é a principal atividade econômica da região, seus vários desdobramentos estão presentes nas relações sociais e também culturais, influenciando para que o espaço regional seja produzido a partir desses aspectos, gerando a territorialidade farinheira e a sua respectiva identidade territorial.

Palavras chave: Território; produção; identidade

ABSTRACT

The territorial identity of Vale do Juruá/AC was, over time and space territorialization of production activity of cassava flour, formed by the internal attributes of each individual at the time of territorialization, the more the values and symbols constructed and added in journey time. As this activity is one of the most important in generating employment and income, besides being a major source of food for the population, this article presents the importance of production of cassava flour in the formation of territorial identity of Vale do Juruá - AC. To this end, the research problem was treated from the perspective of dialectical materialism and the qualitative approach through interviews and observation of the phenomenon. In view of all, it was realized that the production of cassava flour is the main economic activity in the region, its many ramifications are present also in social and cultural influence that the regional spaces produced from these aspects, generating territoriality sausage and their respective territorial identity.

¹ Artigo produzido a partir do projeto de pesquisa “Mapeamento socioespacial dos territórios da farinha nos municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, no Vale do Juruá/AC” que teve apoio financeiro através de bolsa de iniciação científica do CNPq.

² Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Estudos em Agroecologia do Acre” – NEACRE.

Keywords: territory; production; identity

INTRODUÇÃO

Nesses primeiros anos do século XXI a abordagem geográfica focalizada no conceito de território tem se expandido significativamente, se levarmos em consideração o mesmo período do século passado. Com isso, o próprio conceito que era “restrito”, restrito ao espaço dominado, passa a aderir os aspectos sociais, culturais e econômicos de um povo circunscrito a certo lugar no espaço geográfico, dando margem a novas interpretações mais abrangentes.

Diversos são os autores que se propõem a descrever os territórios, seus processos de construções/criações e os agentes responsáveis pela obra. Contudo, é evidente o caráter relacional e em rede como um dos princípios das novas abordagens. Além disso, percebe-se uma evolução no sentido de conceber o território em várias dimensões sejam materiais e (i)materiais ou simbólicas.

Nesse contexto, propomos ensejar a importância da produção na dimensão econômica como fundamental para a formação do território. Isso é provado quando analisamos o cultivo da mandioca e a produção de farinha nos municípios que compreendem o Vale do Juruá no estado do Acre, onde esta atividade econômica possui extrema importância e centralidade na formação, organização e identidade do território.

O que fortalece esta afirmativa é o fato de que nestas localidades a vida da comunidade local gira em torno da fabricação da farinha. Em certa época do ano as pessoas ficam ocupadas no plantio da mandioca, que avançado alguns meses será colhida, depois processada na “casa de farinha”, transportada em suas embarcações ou outros meios de transportes e, por fim, comercializadas.

Isso tudo, não significa, necessariamente, apenas uma estratégia econômica de obter lucro, muito pelo contrário, uma parte da produção é destinada ao consumo da própria comunidade, que utiliza a farinha e os seus derivados em “quase” todas as suas refeições. A farinha está presente na vida dessas comunidades que inclusive empresta o nome para designar a melhor qualidade de farinha fabricada na região, a farinha de Cruzeiro do Sul que é uma vantagem comparativa por também ser produto para exportação.

Para a realização do nosso objetivo apropriou-se do método dialético complementado pelo caminho teórico-empírico, juntando a base teórica com os atributos aplicativos empíricos. O problema da pesquisa foi tratado na abordagem qualitativa com a aplicação das técnicas de análise documental e de entrevistas semi estruturadas direcionadas para os representantes da coletividade.

Dessa forma, o artigo apresenta a revisão bibliográfica na primeira parte consistindo em análise crítica do conceito de território, territorialidade e dos processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização e na segunda parte apresenta um estudo de caso que busca aprofundar a importância do componente econômico na formação do território, ou seja, “a influência da produção de mandioca na composição da identidade territorial do Vale do Juruá-AC”.

A abordagem territorial clássica

A abordagem geográfica centrada no conceito de território passou no decorrer de pouco mais de um século por uma redefinição ou ampliação que a complexificou. Mas esse complexo não é de nenhuma forma, impeditivo de entendimento, ao contrário ele é a própria explicação para os novos atributos que foram aderidos ao conceito neste percurso histórico.

O conceito de território não evoluiu isoladamente, mas sua reformulação acontece vincula ao movimento maior de renovação da própria ciência geográfica. Se no período de 1870 a 1960 predominavam as geografias positivista e neopositivista, onde privilegiavam os conceitos de paisagem e região, a partir dos anos de 1950-70, com a influencia do marxismo, ocorrerá a renovação da geografia e, então, o conceito de território será retomado com novos significados em novas abordagem e concepções. Uma das principais contribuições da época é o entendimento que o território é produto histórico dos conflitos e contradições sociais, todos vinculados à reprodução das relações de produção.

No século XIX, o alemão Friedrich Ratzel, considerando a conjuntura política, econômica e social de sua época elaborou um conceito de território, que hoje achamos muito restrito e ultrapassado, por se basear somente em conceitos das ciências naturais como a biologia. O território para Ratzel compreendia exatamente uma área de proteção de animais, que tentam permanecer ou são restritos a certos espaços em busca de abrigo e de reprodução de seu grupo ou espécie.

Esses aspectos naturais contidos na análise de Ratzel acabariam por ser relacionados com o comportamento humano ou de sua sociedade. Nesse sentido, para a consolidação e expansão dessa sociedade era necessário, assim como os animais, de uma área e de seus recursos naturais como solo, água e clima. Como forma de controlar ou de dominar essa área e seus recursos é que surge a figura do Estado e de seu poder. Assim, “a sociedade se organiza para garantir a posse e proteção dos recursos de que necessita como o solo, a água e os alimentos” com a criação do Estado e a definição de seu território, que seria o “substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados” (SAQUET, 2010, p. 31).

A nova geografia e a renovação da concepção de território

Atualmente, o conceito de território que começou a ser formulado na gênese da nova geografia, por volta da década de 50 a 70 do século XX, possui novos significados que só são passíveis de entendimento a partir da substituição da ideia de espaço homogêneo e a de posição geográfica pela de posição relacional como afirma Saquet (2010). Assim, a relação está diretamente ligada com o exercício do poder, que se apresenta para apropriação ou dominação do espaço para a formação do território. Nesse sentido, a nova abordagem territorial é baseada no campo do poder com sua energia e informação que se estabeleceu no exercício da relação conforme Raffestin (1993).

No contexto da renovação da geografia, Saquet (2010) elaborará uma síntese inovadora das abordagens e concepções de território. Apoiado numa gama de pesquisadores da França, dos Estados Unidos, da Itália e, também, do Brasil, o autor identificou que:

Nesse processo de reelaboração da geografia, foi possível identificar referente a esse período, pelo menos duas perspectivas significativas que marcaram abordagens concomitantes e sucessivas. São elas: uma que evidencia a atuação histórica do Estado, a circulação e as iconografias, com um caráter predominantemente geopolítico, construída com as argumentações de Gottmann (19947 e 1952) e, outra, na qual se reconhece a trama de relações sociais, a construção histórica de lugares, a

transescalaridade do território e o desenvolvimento, a partir de abordagens como a Dematteis (1964) e Muscarà (1967) (p. 38).

Para Saquet (2010), Jean Gottmann amplia o conceito de território para além do Estado-Nação ou suporte de ações dos homens ao elaborar uma abordagem histórica e cultural com elementos (i)materiais do território como as iconografias, além de, atribuir uma dimensão dinâmica com a evidência da circulação, combinando os elementos culturais, econômicos e políticos, constituídos historicamente juntamente com os sistemas materiais.

“A iconografia é o que identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade de outra limítrofe em um território densa e variadamente povoado” e a circulação (de homens, de mercadorias, ideias) “é a força motriz da mudança, através de fluxos”, por isso, “a circulação favorece a *abertura* de espaços, enquanto que as iconografias [...], *funcionam* como um *sistema* de resistência a circulação e à mudança” (SAQUET, 2010, p. 46, grifo do autor).

Em Dematteis (1964) com uma abordagem relacional que considera interações territoriais (transescalaridade) entre diferentes lugares e pessoas, o conceito de território é compreendido como produto social, lugar de vida e relações. Os homens vivendo em sociedade, – seja na comunidade rural ou urbana, nas relações com a vizinhança, na comunidade da paróquia e nas atividades econômicas – territorializam suas atividades, nas quais há reciprocidade e coexistência, respectivamente, nas relações espaciais (em rede) e de diferenciação territorial. Na opinião de Saquet (2010, p. 57) o conceito de território que depreenderá em Dematteis (1970):

[...] é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações *horizontais* (entre pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas *relações territoriais* (*horizontais e verticais*) [...].

Para Muscarà (1967), analisando o desenvolvimento do Norte da Itália, envolvendo a industrialização e a urbanização, como um problema territorial, o “território é entendido para além de área, superfície e plano de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas) como espaço aberto em constante transformação” (SAQUET, 2010, p. 52).

Na França, a contribuição de Deleuze e Guattari (1976 [1972]), de grande importância para a geografia, elaborou uma ligação entre o processo de *des* e a reterritorialização (T – D – R), como um movimento que possuem fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação e poder (SAQUET, 2010, p. 56). A T-D-R pode ser compreendida, simultaneamente como a entrada, saída e retorno ao território.

Posteriormente, Claude Raffestin em consonância com Deleuze e Guattari também argumentará em favor do processo *TDR* (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), como fruto do movimento ocasionado em virtude, principalmente, de processos econômicos, mas, em geral, de relações sociais, de perda e reconstrução de relações. Segundo Saquet (2010, p. 78):

Claude Raffestin sinaliza, portanto, para a relação economia-cultura nas determinações da *TDR*. “(...) a territorialização implica (...) um conjunto codificado de relações (...), a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A reterritorialização (...), pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (RAFFESTIN, 1984, p. 78).

Após as análises de todas essas obras, compreendemos que todas as sínteses contidas em Saquet (2010) são fundamentais para a compreensão do conceito de território e do processo histórico de sua constituição. Além disso, percebemos que os fatores econômicos são os principais dinamizadores dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Nesse sentido, a compreensão desses fatores é fundamental para o entendimento da formação territorial, da cultura e da sociedade de um lugar.

A territorialização e a territorialidade

Em obra posterior, Saquet (2011) definirá, não fugindo das suas bases conceituais, o que é processo de produção do território ou “territorialização” e como ele ocorre.

É a esse processo que denominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidades; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidas, no mesmo movimento, com as naturezas orgânica e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (E-P-C-N). (SAQUET, 2011, p. 40).

Saquet (2011) ao enfatizar que o território é produto social e se forma com base nas relações ou interações entre indivíduos, sejam nos aspectos sociais ou econômicos, afirma que são as próprias relações econômicas, políticas e sociais que correspondem à territorialidade ou às territorialidades.

Nesse sentido, a territorialidade corresponde a todas as relações sociais efetivadas pelos sujeitos entre si e com o espaço de vida; é marcada por elementos de mudança e processos no movimento de territorialização que, por sua vez, gera o território. A territorialidade corresponde às dimensões sociais do território, ou seja, às relações econômicas, políticas e sociais que o homem estabelece entre si com a sua natureza exterior. Além disso, a territorialidade também pode ser evidenciada como governança, numa espécie de quarta dimensão social do território, que enaltece os processos de reunião, planejamento e gestão do território pelas relações cotidianas de certo grupo social com o objetivo de elaborar projetos e programas de desenvolvimento territorial (SAQUET, 2011, p. 46).

A territorialidade como relação de dominação e/ou apropriação se apresenta como a expressão do poder de forma material ou simbólica. Com a construção de redes de circulação e comunicação ou com a representação simbólica da identidade se delimita a territorialidade vinculada ao espaço-tempo de dominação e/ou apropriação.

Em suma, Saquet (2011) articula todos os componentes e processos ligados ao território, o processo ou territorialização como a entrada ou produção do território, a relação que gera o território que por sua vez é a territorialidade e, por fim, expõe a partir dessas primícias o que ele compreende por território levando em conta o seu caráter processual, relacional e em redes.

A partir desses três elementos ou noções – lembrando – de *processo, relação social e rede*, podemos compreender o *território* como produto e condição da vida em sociedade e em natureza, historicamente formado, caracterizado e em constante transformação (com descontinuidades e continuidades materiais e imateriais). Há, aí, centralidade para a relação espaço-tempo, como argumentamos anteriormente. A territorialidade, a partir do exposto, condiciona e é ela mesma resultado da apropriação e dominação, muito além de certo recorte espacial de abordagens areais e da atuação do Estado (SAQUET, 2011, p. 47).

Um pouco antes de Saquet, Haesbaert (2001, p. 51) já dialogava com a temática do território, no entanto, enquanto o primeiro se baseou principalmente em autores italianos, o segundo procurará na França a fonte para a sua inspiração. Mesmo assim, não é possível visualizar nenhuma inconsistência teórica ou conceitual entre os autores. Por exemplo, a presença da abordagem relacional já aparecia nos escritos de Haesbaert (2001), ou seja, o autor enfatiza que o território resulta das relações sociais, que são sempre relações de poder. Como conseqüências dessas relações de poder se formulam as estratégias estatais e empresariais que culminam com as dinâmicas espaciais.

Para Haesbaert (2001, p. 55) “o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, de suas contradições, de construções, mas também, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”. Além disso, outra conseqüência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira, “justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões”.

Haesbaert também concebe a produção do território que já foi mencionada como processo de dominação ocasionado pela relação, e essa, pela ação do poder, que é exercido em dois sentidos: pela dominação - por quem domina e por quem é dominado ou resiste a dominação – e pela apropriação, ou seja,

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2007, p. 20 – 21).

O poder que Haesbaert e Saquet mencionam é referenciado em Raffestin (1993) como a força que provoca o movimento: entrada, saída e retorno no território ou processo T-D-R/TDR. Assim, o poder vai se manifestar por ocasião da relação, pelo processo de troca ou de comunicação quando na relação que se estabeleceu, os dois pólos se confrontam. As forças criam o campo do poder. Contudo, o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.

A obra de Raffestin (1993) “por uma geografia do poder” apresenta uma abordagem renovada, interdisciplinar e material do território e da territorialidade. Para isso o autor utilizará aspectos semiológicos como a malha, o nó e a rede para ilustrar o que ele mesmo designará de “campo de poder”.

A partir de uma representação daquilo que é pretendido, os atores vão proceder à repartição das superfícies, a implantação de nós, e à construção de redes. “Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constitui de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). É nisso que consiste o processo de territorialização, ou seja, a implantação de todas essas formas para se apropriar ou dominar algum território.

A territorialidade para Raffestin (1993, p. 162) é compreendida como uma noção de soberania, ou, como a forma pela qual o agente organizou o território, composta pelo menos de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Retornando a Haesbaert (2007, p. 21), a territorialização ou processo de dominação e/ou apropriação nada mais é do que uma estratégia de controle social, de uma área geográfica ou de um território visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos. “Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (no caso da diferença de gênero, por exemplo)”.

Nesse sentido, o ato de territorialização, como processo de conquista e/ou apropriação do território, possui objetivos vinculantes. Enquanto território material a ser conquistado, procura: a) controle e/ou disciplinarização através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados, no caso do mundo moderno); b) construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações). Enquanto território simbólico a ser apropriado, busca: a) abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; b) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras) (HAESBAERT, 2007, p. 28).

Com a territorialização, resulta a criação de uma base espacial e de aspectos imateriais moldada pelas novas relações sociais, econômicas e culturais que constituiu a relação fundadora e que constituirá os fundamentos e características da nova territorialidade.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar". [...]. (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Então, a territorialidade é ao mesmo tempo, assim como é o território, material e simbólica. “Enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2007, p. 25).

Além dessa concepção de território, existe a corrente teórica de cunho marxista que enfoca com base em Oliveira (1999, p.74-75) que a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado do próprio modo de produção capitalista, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. Nesse caso, a valorização é o produto do trabalho humano, a produção é o produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de produção ampliada do capital.

Há também a concepção de território multidimensional, ou seja, como totalidade do espaço de governança de um país, de um estado, de um município e de propriedades, emergindo um conceito político em que a soberania pode ser explicitada pela autonomia dos governos na tomada de decisões. “Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc.” (FERNANDES, 2008, p. 78).

Assim, a territorialização é o movimento de construção de territórios e territorialidades enquanto que a territorialidade é uma dimensão essencialmente política do território. Em suma, a territorialidade é a forma como as pessoas organizam o território, ou seja, a forma relacional e histórica que construiu e que constrói.

A influência da produção de mandioca na composição da identidade territorial do Vale do Juruá-AC³

O território como a expressão territorializada do poder se manifesta pela forma pela qual foi formado/organizado, que corresponde a sua territorialidade. Mas, a própria territorialidade, como um senso de exclusividade ou compartimentação do vivido, é moldada pelas características exclusivas que compartilha certa coletividade e que se exterioriza através de símbolos, ou seja, símbolos da identidade.

“A identidade, portanto, não é algo dado, mas é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais” (SOUZA; PEDON, 2007, p. 135). É dessa forma que se relaciona o território, a territorialidade e a identidade territorial.

Haesbaert (1997, p. 46) esclarece que as identidades sociais são produzidas como representações simbólicas da realidade visando a um reconhecimento social da diferença.

Em alguns casos, considerando o território como produto das relações sociais no decorrer de um tempo histórico expresso na materialidade e em símbolos, “a simbolização significa então concebê-lo num processo de apropriação social [...] que tem a sua própria eficácia, ou seja, um “poder simbólico” que, em parte, acaba forjando as identidades territoriais” (HAESBAERT, 1997, p. 49 - 50).

O poder simbólico, invisível por assim ser, permite obter os mesmos benefícios daquilo que é obtido com o uso da força, por isso se apresenta irreconhecível, sem a distinção daquele que o exerce, mas, mesmo assim, forma uma rede de aspectos – símbolos e representações – que espalhados pelo território permitem constituir a identidade territorial como enfoca (HAESBAERT, 1997, p. 50):

Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos, constituindo assim uma *identidade territorial*, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. *Territórios e fronteiras* são referenciais concretos fundamentais para a construção dessas identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais. Conforme Bourdieu (1989), “a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (HAESBAERT, 1997, p. 50).

Nesse sentido, a identidade territorial do Vale do Juruá/AC foi, ao longo do tempo e espaço de territorialização da atividade econômica que apontamos ser o principal componente de formação do território, sendo formada pelos atributos internos de cada indivíduo no momento da territorialização, mais os valores e símbolos construídos e adicionados no percurso temporal. Assim, há de se destacar dois períodos no processo: o ponto inicial e sua carga anterior e o percurso com o andamento do processo, ou seja, o movimento de sua constituição e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que define o status ontológico desse processo.

O ponto inicial de formação da identidade farinheira na região ocorreu com a desterritorialização da produção de borracha a partir do látex nativo da seringueira. Com a

³ Regional Administrativa do Estado do Acre. Compreende os cinco municípios que são banhados pela bacia do rio Juruá no Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

decadência desta atividade por volta da década de 40 do século XX acarretada pelo cultivo racionalizado nos seringais de cultivo nas colônias inglesas na Ásia, muda-se a estrutura econômica regional com a inserção ou territorialização da agropecuária e como consequência os aspectos socioculturais.

Se a economia da borracha demandava grandes extensões de terra (floresta) e alta quantidade de mão-de-obra para os trabalhos nos seringais, a economia agropecuária mudaria essa estrutura: permanecia a grande propriedade com pasto (sem floresta) para a criação de gado e diminuiria a quantidade de mão-de-obra empregada. Grande parte da mão-de-obra excedente e ociosa permaneceu como posseira nos limites das novas fazendas.

Se por um lado, muda-se a atividade econômica que estruturava o território, por outro, os atores permanecem com sua identidade forjada anteriormente, que constituía os fundamentos da sociedade desterritorializada. Como enfatiza Haesbaert (2007, p. 19) [...] “muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, [...], estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, “multiterritorial”.

A multiterritorialidade, podemos dizer, manifesta-se de duas formas gerais: uma, de caráter mais amplo, que pode ser denominada de “multiterritorialidade *lato sensu*” ou sucessiva, e que envolve a vinculação de múltiplos territórios (zonais) articulados em rede, implicando, para os grupos sociais, um determinado grau de mobilidade física; e outra, de caráter mais específico, que podemos denominar “multiterritorialidade *stricto sensu*” ou simultânea, e que envolve territórios em si mesmos híbridos e/ou que permitem a articulação simultânea com outros territórios (por mecanismos de controle informacional) (HAESBAERT; MONDARDO, 2010, p. 32).

A multiterritorialidade eminente se expressará na diversidade material e simbólica no novo tempo, permanecendo aspectos estruturantes e esculpturantes da territorialidade anterior mais os aspectos da nova territorialidade e, por fim, os aspectos transculturais ou híbridos. Segundo Young (2005, p. 32) apud Haesbaert; Mondardo (2010, p. 26):

O hibridismo transforma [...] a diferença em igualdade, e a igualdade em diferença, mas de forma tal que a igualdade não seja mais o mesmo, e o diferente não mais simplesmente o diferente. [...] quebrar e reunir ao mesmo tempo e no mesmo lugar: diferença e igualdade numa aparentemente impossível simultaneidade.

A multiterritorialidade implicar, assim, a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo T-D-R. Se por acaso a multiterritorialidade se manifesta com a ênfase no *estar-entre*, no efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades, o melhor termo para designar este processo é a transterritorialidade.

Para Haesbaert; Mondardo (2010, p. 35):

Transterritorialidade, assim, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida. Destaca-se a própria *transição*, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial – não um simples *passar por* mas um *estar-entre*.

Então, as referências simbólicas dos territórios e territorialidades em trânsito na década de 1940 do século XX, na região que estudamos, construíram a multitranssterritorialidade ou transterritorialidade⁴ que constituiu os territórios da farinha.

⁴ Conforme Haesbaert (2011, p. 15).

Um dos principais elementos que existia na territorialidade inicial e que permaneceu na nova identidade transterritorial era, sem dúvida, a alimentação. Grande parte dos atributos e apetrechos que permeavam os gêneros alimentícios e a fabricação dos alimentos era fruto da carga cultural carregada pelos migrantes de sua região de origem para esta região, por exemplo, a fabricação de farinha de mandioca. A mandioca é uma espécie que já era cultivada pelos indígenas desde o início da colonização brasileira, mas, no entanto, a sua transformação em farinha é um benefício dos brancos. Como não necessita de muitos nutrientes pode ser cultivada facilmente em solos pobres.

Os primeiros habitantes do Vale do Juruá eram, sobretudo, migrantes provenientes do nordeste do Brasil. Chegando nesta região, presos ao sistema de aviamento, sofreram a exploração do seringalista e ficaram impedidos de exercer parte de sua cultura em relação ao cultivo de certos alimentos no interior do seringal. Como o sistema de aviamento não era suficiente para fornecer todos os gêneros alimentícios necessários a dieta do seringueiro, parcialmente era concedido permissão para o cultivo nas horas de folga de produtos que não fizesse concorrência com os do barracão. Assim, era possível cultivar os “roçados”⁵, com localização bem próxima ao “tapiri” do seringueiro para facilitar o trabalho, que em alguns casos era executado pela companheira do seringueiro que ficava em casa enquanto ele cortava “seringa”.

Nesses “roçados” eram privilegiadas aquelas espécies que serviam de base para a alimentação do seringueiro, por exemplo, a mandioca, que servia como alimento de diversas formas: cozida, para a fabricação de farinha e, também, para alimentar os pequenos animais da família.

Assim, a mandioca fará parte do processo de transterritorialidade e multiterritorialidade, e, diante da desterritorialização/falência do seringal surgirá como a alternativa de consumo e renda para a população.

Nas entrevistas com os representantes do território, todos afirmam a ligação da fabricação da farinha, como um dos elementos principais para a constituição de renda, como legado da migração nordestina para a região:

“Essa cultura é uma cultura indígena mais foram os nordestinos que deram uma grande alavancada na produção de farinha” (José de Souza Menezes, Fundador da COOPERFARINHA, em 2011).

“Eu acredito que essa cultura seja dos índios, porém, os nordestinos também contribuíram para fortalecer essa cultura” (Anízio Barreto, Secretário municipal de agricultura do município de Rodrigues Alves, em 2011).

Historicamente falando, eu não vou dizer isso como registro, mais é a historia que eu ouvi desde que eu cheguei aqui: que antes vinha a farinha do Pará que se chamava farinha d’água, da cultura dos nordestinos ou até mesmo dos indígenas que é um de seu alimento básico. Então foi trazido para os nordestinos, o que já existiam que é a cultura dos índios da nossa região (Erni Dombrowski, Secretario municipal de agricultura e produção do município de Cruzeiro do Sul, em 2011).

Antes dos nordestinos começarem a desbravar a Amazônia, em particular o vale do Juruá eles se depararam com uma população que aqui já existiam. Então eu acredito que a origem foi com os índios, mais com a chegada dos nordestinos foi se melhorando a pratica de como cultivar a mandioca (Aldair Pereira de Lima, Gerente da SEAPROF em Cruzeiro do Sul, 2011).

⁵ Termo utilizado pelos migrantes nordestinos como para designar o espaço destinado para o cultivo de espécies como a mandioca, o milho e etc...

Esses relatos mostram o ponto em que a mandioca ganha centralidade e importância no total de produção do território e nas vidas das pessoas nos aspectos econômico, social e cultural, configurando o elemento central na formação do território. O fato é que o processo de multiterritorialização/transterritorialização só ganhará força por volta da década de 70 do século XX, aí sim a agricultura passará a ser a principal atividade econômica despontando o extrativismo.

Considerando os limites tecnológicos e naturais que a região apresentava a mandioca para a fabricação de farinha parecia, na época, uma alternativa para a econômica da região. Com o passar do tempo, percebeu-se que a variedade de farinha produzida na região tinha um sabor inestimável entre as demais, considerada como a melhor da região, por isso, a produção despontou e foi considerada com uma “vantagem comparativa⁶”. Nos diálogos abaixo fornecidos por representantes da população percebemos a evidencia de sua importância:

“Eu acredito que a farinha se desenvolveu com a perda da borracha. Os próprios seringueiros desenvolveram o cultivo da mandioca e a produção de farinha, então para maioria dos agricultores a fonte de renda é produção da farinha” (José de Souza Menezes, Fundador da COOPERFARINHA, em 2011).

“Eu vejo que a mandioca tem um potencial muito grande na região, o que já é cultura e tentamos fortalecer cada vez mais essas produções de farinha” (Anízio Barreto, Secretário municipal de agricultura do município de Rodrigues Alves, em 2011).

“É o principal meio de produção, porem não é o único” (Lauro da Silva Oliveira, Gerente da SEAPROF no município de Rodrigues Alves, em 2011).

[...], a princípio, a farinha há algum tempo atrás era exclusivamente para alimentação familiar e era uma fonte de renda do excedente da produção ou então havia desde essa época uma produção específica para gerar renda para família dentre outras cultura, exemplo as frutíferas como o abacate, a laranja [...] (Erni Dombrowski, Secretário municipal de agricultura e produção do município de Cruzeiro do Sul, em 2011).

Um fato que influenciou a consolidação do cultivo da mandioca para produção da farinha é a pouca exigência de nutrientes. Sendo os solos da Amazônia pobres seria difícil produzir em escalas.

Então, a mandioca por ser uma cultura onde os produtores têm uma prática e uma técnica centenária, considerando que é uma cultura que se adapta em solos ácidos, ela não é muito exigente em termos de nutrientes. Para manter mandioca não precisa ter muitos cuidados técnicos, por esses motivos ela se tornou a cultura de maior valor econômico. A cultura da mandioca é a cultura que se faz a farinha da mandioca e é a farinha da mandioca que aquece a economia do vale do Juruá (Aldair Pereira de Lima, Gerente da SEAPROF em Cruzeiro do Sul, em 2011).

Com base nesses relatos que afirmam que a cultura do Vale do Juruá tem base na produção da farinha em vários aspectos presentes desde a construção espacial inicial, e em especial na questão de sua história e em aspectos sociais, pode-se dizer que se trata de um território onde prevalece a produção como fator aglutinador da sociedade e da cultura, por isso pode ser chamado de território da farinha.

Essa designação não confere a este lugar a emancipação econômica efetiva, principalmente por que esta atividade ainda é desenvolvida em padrões arcaicos e através de métodos antigos, penalizando significativamente as pessoas que se ocupam com ela. Pela importância que esta cultura tem para a população, são necessários investimentos direcionados para o melhoramento da cadeia da farinha que permitam inovar em qualquer

⁶ Ver David Ricardo (Ano, p.).

aspecto e que enfim, permita minimizar as dificuldades e, que, também, possibilite a obtenção de margem de lucro maior.

Considerações

O território seja material ou simbólico ou material e simbólico ao mesmo tempo é o espaço produzido, pelas ações políticas revestidas de poder exercidas em uma relação. Quase sempre essas ações são frutos do planejamento econômico voltadas ao desenvolvimento produtivo, por isso, em muitas vezes as atividades econômicas são pioneiras e determinantes na formação territorial.

Com ou sem planejamento, a produção do espaço, em muitos casos, é iniciada pela busca de produtos ou pela intensificação das atividades econômicas. Como fundamento do território, essas atividades estarão presentes em todas as suas dimensões, não só na economia, mas, na cultura e, também, nas relações sociais.

Assim acontece no Vale do Juruá onde o cultivo da mandioca para produção de farinha é a principal atividade econômica, possibilitando vários benefícios como emprego e renda. Além disso, ocorrem desdobramentos dessa atividade nas relações sociais e também na cultura. O que fortalece esta afirmativa é o fato de que nestas localidades a vida da comunidade local gira em torno da fabricação da farinha. Em certa época do ano as pessoas ficam ocupadas no plantio da mandioca, que avançado alguns meses será colhida, depois processada na “casa de farinha”, transportada em suas embarcações ou outros meios de transportes e, por fim, comercializadas.

A farinha está presente em todos os aspectos da vida das comunidades que lá residem, isso nos capacita a afirmar que a formação do território do Vale do Juruá é fortemente vinculada a produção da farinha de mandioca.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**. Volume 34 – Nº 2. Jul/Dez – 2007.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX – Nº 17 – 2007.

_____; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**. Vol. 12, No. 24 (2010).

_____. Multi/transterritorialidade e “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Território e fronteiras – (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 15 - 31.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, 5ª ed.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para a pesquisa científica. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Território e fronteiras – (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 33-50.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007

Recebido para publicação 02/05/2012

Aceito para publicação 01/06/2012